

Macaé Capital da Energia Lei Estadual nº 6081 de 21.11.2011

PROJETO DE LEI Nº L- /2025

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA CENTRO DIA PARA O IDOSO (CDI) NA CIDADE DE

MACAÉ E DÁ OUTRAS

PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ, no uso de suas atribuições legais,

DELIBERA:

Art. 1º Fica instituído o Programa Centro Dia para o Idoso, tendo como

objetivo principal a atenção especial aos idosos de baixa renda, proporcionando-lhes

acolhimento, abrigo diurno, cuidados, proteção e convivência adequados a suas

necessidades.

Art. 2º O atendimento será direcionado às pessoas idosas com 60

(sessenta) anos ou mais, para a realização de atividades da vida diária, cujas famílias

não possuam condições de prover os cuidados durante o dia ou parte dele, em razão de

trabalho ou estudo.

Art. 3º O Programa possui como objetivos específicos:

I – a diminuição do isolamento e institucionalização da pessoa idosa,

promovendo o fortalecimento dos vínculos familiares e sociais;

II - o fortalecimento da rede de proteção e defesa dos direitos das

pessoas idosas, inserindo o Centro como um componente da atenção integral à

população idosa;

III – o atendimento mínimo, com saúde e alimentação;

IV – a melhora na qualidade de vida, com atividades de lazer compatíveis

com a condição do idoso;

ESTADO DO RIO DE JANEIRO CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ

Macaé Capital da Energia Lei Estadual nº 6081 de 21.11.2011

V - a assistência por meio de profissionais capacitados na área de

enfermagem para monitorar e acompanhar o estado do idoso nas suas particularidades;

VI – a prestação de serviços disponíveis ou indisponíveis ao idoso frágil,

sendo eles fisioterapêuticos, nutricionais, psicológicos e sociais.

Art. 4º As ações do Programa deverão observar as diretrizes

estabelecidas pela Política Nacional do Idoso (Lei Federal nº 8.842/1994) e pelo

Estatuto do Idoso (Lei Federal nº 10.741/2003), ofertando atividades multidisciplinares

para o desenvolvimento físico, emocional, intelectual e social, incluindo:

I – oficinas de arte, música, dança e educação física;

II – palestras e rodas de conversa;

III – fornecimento de vestuário e alimentação adequada;

IV – instalações acessíveis e seguras;

V – atendimento personalizado, incluindo assistência médica e

psicológica;

VI – promoção de atividades educacionais, culturais e de lazer;

VII – preservação dos vínculos familiares e afetivos;

VIII – assistência religiosa conforme a vontade do idoso;

IX - identificação e encaminhamento de casos de abandono e maus-

tratos às autoridades competentes.

Art. 5º Os idosos serão cadastrados no programa por sua própria iniciava

ou da família responsável, permanecendo em tempo integral ou parcial, segundo a

convivência ou a necessidade.

Art. 6º Essa lei será regulamentada pelo Poder Executivo.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 22 de julho de 2025.

TICO JARDIM

Vereador-autor